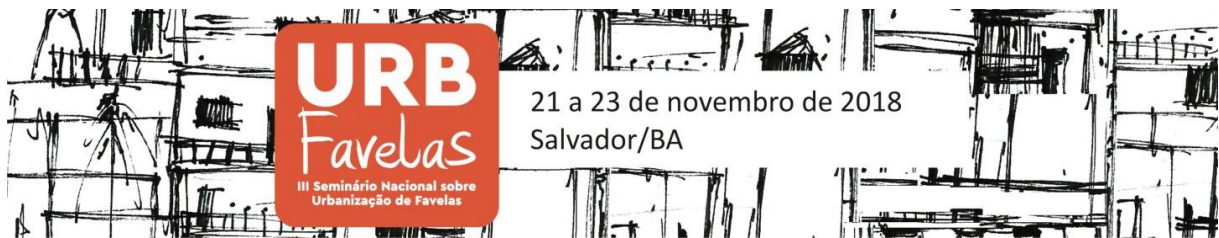




III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFANELAS
Salvador - BA - Brasil

AS NARRATIVAS NA PRODUÇÃO DA URBANIDADE: A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DO MONTE
SERRAT

Guilherme Galdo Ruchaud (UFPeI) - guiruchaud@gmail.com
Arquiteto graduado pela UFSC, mestrando em Antropologia pela UFPeI



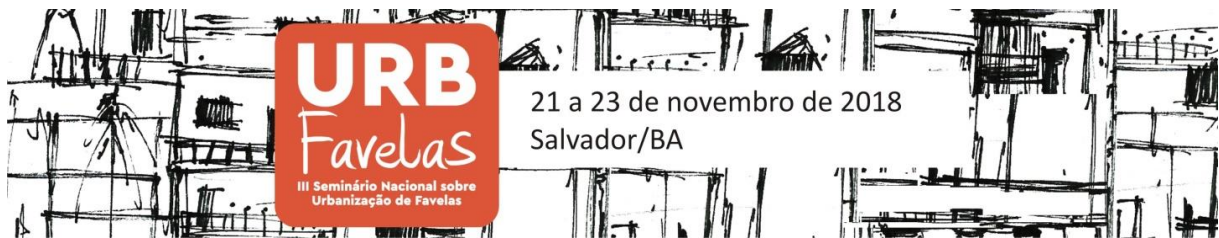
AS NARRATIVAS NA PRODUÇÃO DA URBANIDADE: A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DO MONTE SERRAT

RESUMO:

Este artigo traz algumas reflexões a respeito da temática da urbanização de favelas a partir do relato da experiência de uma comunidade localizada na área central de Florianópolis/SC. A discussão se dá no âmbito da produção de urbanidade pela própria comunidade, em momentos distintos e complementares: pela construção da materialidade, a partir de processos autogestionários de mutirão desenvolvidos continuamente desde o início de sua ocupação; e pela ressignificação da memória desses processos na construção de narrativas locais, calcadas na luta, autonomia, resistência e solidariedade, e que fazem parte dessa produção de cidade por parte da comunidade.

Palavras-chave: Monte Serrat. Comunidade. Narrativas.

ST – 5: Outras práticas sociais em favelas, bairros e assentamentos.



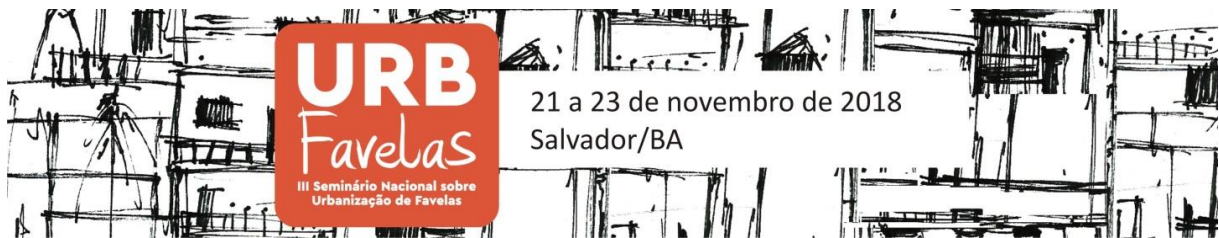
1 INTRODUÇÃO

Figura 1 – Esquina das ruas General Vieira da Rosa e Nestor Passos, área central da comunidade do Monte Serrat



Fonte: Arquivo pessoal

A experiência histórica desenvolvida na comunidade do Monte Serrat, na área central de Florianópolis/SC, nos permite algumas reflexões acerca do que podemos entender por urbanização de favelas, particularmente sobre que atores se articulam para esse fim e de que elementos se compõe a urbanidade. O caso da referida comunidade é exemplar porque não pode ser indexado em um grande momento, com uma única ação disruptiva, devendo ser compreendido como um longo processo em que as formas de organização comunitária tem transformado continuamente a realidade local, de modo que o Monte Serrat hoje se diferencia de muitas outras comunidades contemporâneas vizinhas e desafia as fronteiras simbólicas a que nos acostumamos ao lidar com as relações entre favelas e cidade. Se, do ponto de vista da produção das cidades no capitalismo, sabemos que essa dicotomia corresponde a uma dialética em que as favelas são condição de existência da urbanidade formal, de modo mesmo a



podemos afirmar que a “a invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização” (MARICATO, 2002, p. 152), em termos simbólicos ligados à normatividade e ao ordenamento do território essa oposição tem se estabelecido ao longo da história, o que nos leva mesmo a discutir a “urbanização” das favelas. Hoje lar de mais de cinco mil pessoas (ANJOS, 2016), o Monte Serrat se apresenta por suas duas vias principais, ambas asfaltadas, que sobem o morro e dão acesso tanto às casas e comércios de moradoras/es, a grande maioria construída em alvenaria, como a *servidões* (categoria local para becos e ruas sem saída) que dão acesso a outras tantas casas. De acordo com Groh (1998, p. 56), “quem olha o Morro do alto do Morro da Cruz percebe só dois caminhos, mas quem entra pelo caminho labiríntico vai compreender o adensamento da população nestes últimos 50 anos”.

A maioria das/os moradoras/es tem acesso a serviços públicos de infraestrutura, como iluminação, água e saneamento – embora ainda haja áreas mais precárias nesse sentido (SOUZA, 1992). Os relatos locais, no entanto, dão conta de que se, por um lado, não foi sempre assim, com a comunidade tendo convivido com a precariedade por décadas, por outro esses elementos da formalidade não podem ser percebidos como resultantes de um único momento, tendo sido obtidos ao longo dos anos por meio das relações entre a comunidade organizada e a cidade. Se levarmos em conta que o acesso a esses bens e serviços está entre os objetivos da urbanização de assentamentos precários, então podemos inferir que a comunidade do Monte Serrat vem se urbanizando continuamente desde o início de sua ocupação. O estudo das complexas formas como se deu esse processo, levado a cabo por atores locais em articulação política com outros, pode dar importantes pistas para a temática da urbanização de favelas.

2 – BREVE HISTÓRICO DO MORRO DA CAIXA

O Monte Serrat é testemunha do início de um processo muito importante relacionado ao ordenamento urbano da cidade de Florianópolis, que é o início da ocupação dos morros por populações em processos de exclusão (SANTOS, 2009). O centro fundacional da cidade é historicamente limitado a norte, oeste e sul pelo mar, e a leste pelo Maciço do Morro da Cruz.

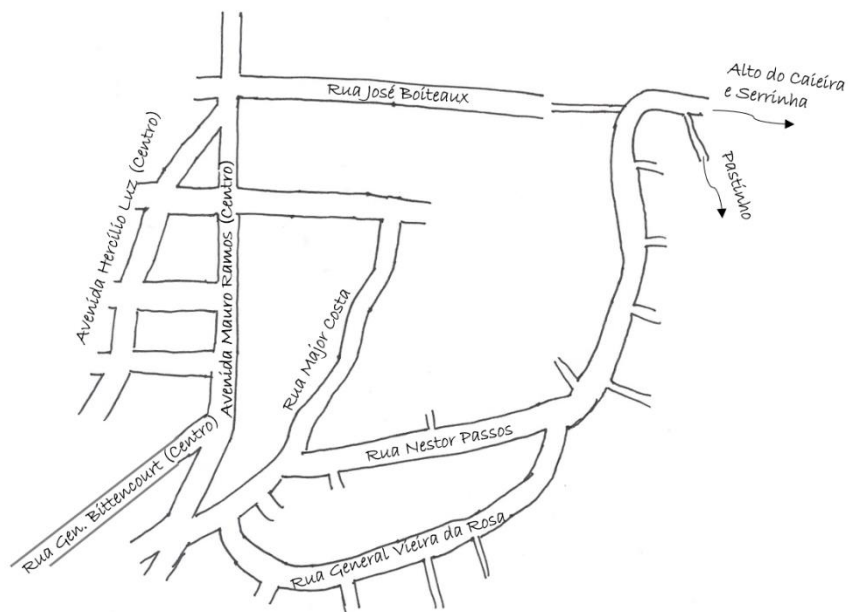


Figura 2 – Croqui de localização do Monte Serrat com relação ao Morro da Cruz e aos bairros e localidades vizinhas, sem escala

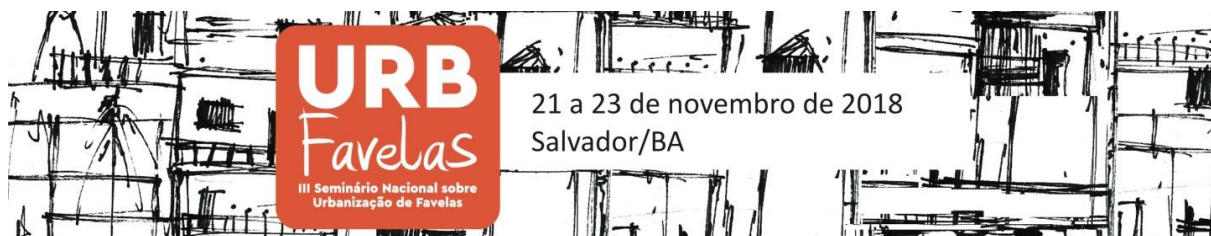


Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 3 – Croqui de localização das vias estruturantes do Monte Serrat, sem escala

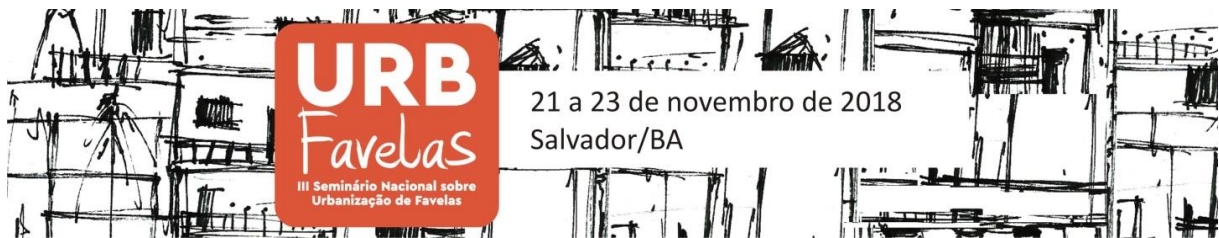


Fonte: Elaborado pelo autor



Até o início do século XX, o morro tinha ocupação muito escassa, limitando-se a uma tímida produção rural. Essa situação se inverteria com o advento da modernidade e das grandes reformas higienistas, que, pouco a pouco, promoveriam a expulsão de grande parcela da população pobre das ruas da área central, tanto por meio de códigos de postura e regulamentações impostas às construções como por meio da remoção forçada de moradores/es (SANTOS, 2009). Desse processo, o momento mais marcante é a canalização, em 1922, do antigo Rio da Bulha, que, considerado uma fonte de doenças para a população da cidade, foi transformado em uma via pública chamada de Avenida do Saneamento, atual Avenida Hercílio Luz. Às suas margens habitavam famílias empobrecidas, em casas simples ou grandes cortiços, que foram demolidos, deixando uma grande parcela da população pobre da cidade sem ter para onde ir (VEIGA, 2010). Com as limitações legais que tornavam muito caro construir no centro da cidade, iniciou-se aí a ocupação do Morro da Cruz. Um dos focos de ocupação foi uma localidade específica onde já existia uma antiga trilha que conduzia à Freguesia da Santíssima Trindade, e que já havia sido utilizada como critério para a implantação do Reservatório R-0, em 1909, já contexto das reformas higienistas (SANTOS, 2009). O referido reservatório, presente e funcional até hoje, acabaria se tornando o principal referencial espacial e simbólico da comunidade que se instalaria ao redor da pequena estrada, dando à comunidade um dos nomes pelos quais ainda é conhecido – Morro da Caixa (SOUZA, 1992). Desse período também datam as ocupações de outras comunidades importantes da cidade, como o Morro do Mocotó e o Morro do Céu, ambos na encosta oeste do maciço.

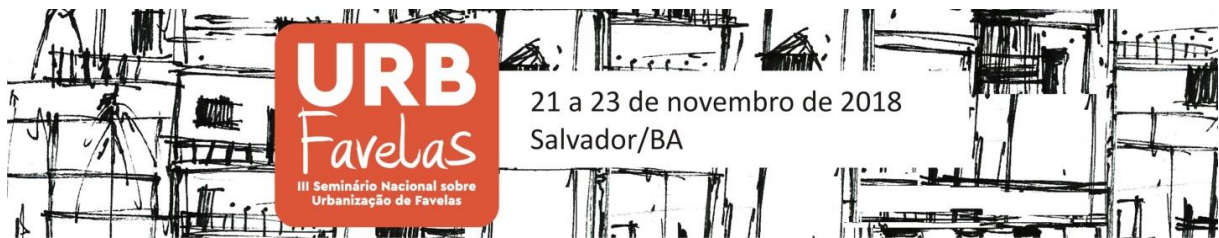
Daí em diante, os relatos não são difíceis de ser encontrados. Moradoras/es mais antigas/os da comunidade não hesitam em contar e recontar histórias que, por seu intermédio, estão também presentes em inúmeras matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos. Os relatos de luta, superação e solidariedade começam com as lavadeiras, figuras centrais no imaginário local, mulheres que passavam o dia nas bicas d'água e margens dos córregos do morro lavando roupa para clientes do centro da cidade, desenvolvendo também suas redes de sociabilidade (GOMES, 2017). A construção da primeira igreja, em referência a Nossa Senhora do Monte Serrat, feita em mutirão entre 1926 e 1929, pode ser entendida como a primeira forma de organização comunitária em torno de um objetivo maior (SOUZA, 1992; MACHADO, 1999), com o terreno escolhido para essa construção, em frente à Caixa d'Água, sendo onde se localiza até hoje a



Igreja, um marco referencial local desde os primeiros momentos. Da mesma forma, coletivamente, seria construído pela comunidade outro referencial central de sua urbanidade e cultura, com a fundação, em 1955, da SRCS Embaixada Copa Lord, hoje uma das mais importantes escolas de samba de Florianópolis (SOUZA, 1992; BLUMENBERG, 2005). Além de referenciais locais, esses elementos teriam, ao longo da história da comunidade, papel importante nas relações entre morro e cidade, tanto no nível político, com a igreja mediando a representatividade perante o Estado, como cultural, com os desfiles da Copa Lord sendo o momento em que a comunidade se apresenta perante a cidade (ARAÚJO, 2004).

3 A CIDADE VISTA DO MORRO – PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO

O recurso às narrativas locais e à bibliografia nos permite traçar uma cronologia do processo de urbanização do Monte Serrat, em que tem destaque a pavimentação das vias estruturantes da comunidade, realizada em regime de mutirão ao longo dos anos 1960. Esse processo em particular, segundo relatos locais, teve grande contribuição na formação das redes de solidariedade locais, bem como grande importância como recurso narrativo. No período relatado, com materiais cedidos pelo poder público municipal, moradoras/es locais se organizaram para assentar as lajotas, e, assim, conquistar o direito de chegar ao trabalho sem que os sapatos estivessem sujos de barro, uma figura muito acionada quando essa memória é relatada. A pavimentação foi iniciada de cima para baixo, de modo que a obra não fosse aos poucos abandonada conforme as lajotas atingissem a altura das casas das/os moradoras/es, em uma estratégia proposta por um deles. Assim, conforme cada dia de trabalho se encerrava, moradoras/es das casas localizadas na altura de onde os trabalhos tivessem sido interrompidos ofereciam comida, café e cachaça como forma de contribuição e agradecimento – de acordo com as narrativas, cada pessoa ajudava como podia. Os mutirões também são rememorados quando falamos da construção das casas, que mobilizavam vizinhas/os e tinham um processo bem definido tocado ao longo dos fins-de-semana, que começava pelas fundações, era seguido pelo assoalho, sobre o qual se realizava um baile ao término da etapa, e depois pelas paredes externas, internas e pela cobertura. Hoje há poucas casas remanescentes desse período, indicando um contínuo incremento da materialidade das residências pelas famílias. Embora possuam inúmeras particularidades locais, os mutirões de autoconstrução foram o modo de

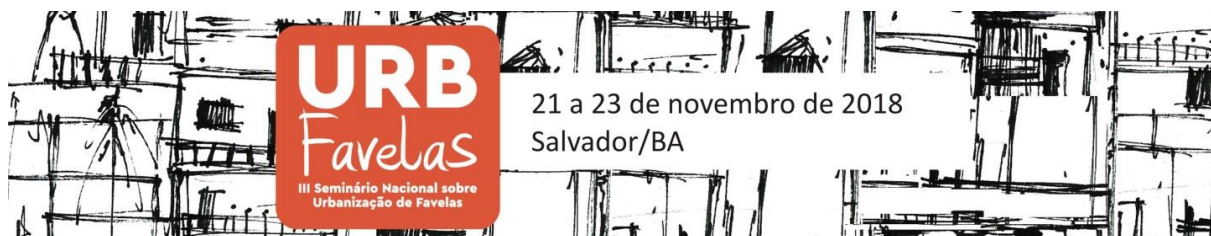


produção de uma grande parcela da urbanidade das cidades brasileiras entre os anos 1960 e 1980. De acordo com Maricato (1979, p. 72-73), “é principalmente através da auto-construção que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos)”. Outras conquistas coletivas incluem o Grupo Escolar, implantado pela primeira vez em 1963 e que funcionou em diversos locais da comunidade até a construção da Escola Estadual Lucia do Livramento Mayvorne em 1978, a eletricidade, o abastecimento de água e a ligação de esgoto, conquistadas na maior parte do território da comunidade ao longo dos anos 1980 (SOUZA, 1992).

A autoconstrução não se limita à construção da casa. Em nossas pesquisas empíricas verificamos que ela abrange a construção de igrejas, escolas primárias, creches, sede de sociedades amigos de bairros, centros comunitários. (...) A autoconstrução se estende portanto para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. O assentamento residencial da população migrante em meio urbano, fundamental pra a manutenção da oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas de seu próprio esforço, sem que o orçamento ‘público’ se desvie de outras finalidades, na aplicação. (MARICATO, 1979, p. 79)

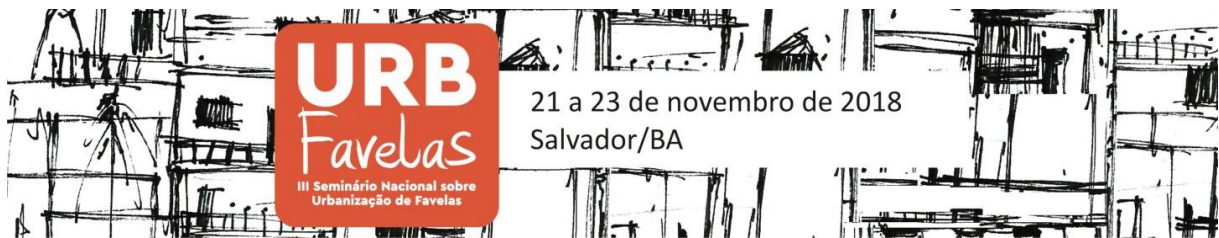
Pavimentação, infraestrutura, equipamento públicos, habitação. Nesse breve relato, nos deparamos com uma série de temáticas frequentemente abordadas quando lidamos com a discussão da urbanização de favelas, e que nos permitem questionar os próprios termos. Afinal de contas, se falamos de urbanização de favelas, isso não implica em que não consideremos favelas como parte da urbanidade? O que configura, então, a urbanidade? E, na ausência dessa, o que são favelas? Casos como o do Monte Serrat parecem provocar essa dicotomia e trazer desafios ao debate a que nos propomos.

As características aqui elencadas como atribuidoras de urbanidade são, notadamente, aquelas encontradas nas áreas que, em oposição às favelas, são consideradas urbanas. Se, por um lado, essa diferença pode ser marcada pela dimensão normativa, sob o ponto de vista do uso do solo e serviços públicos, por outro há que se considerar que os projetos de urbanização de favelas não se restringem à legalização dos lotes, tendo interferências diretas na materialidade das áreas de intervenção, seja por meio da segurança propiciada pela legalização do lote, que tem incentivado um incremento na qualidade construtiva das casas em ocupações irregulares de



terra ao longo da história das cidades brasileiras (PERES, 1994), ou de serviços de infraestrutura, como ligação de luz, água encanada, saneamento básico, drenagem, pavimentação, etc. Essas intervenções, que alteram padrões de ordenamento territorial das comunidades envolvidas, tem notáveis referências na cidade formal, tida como detentora de urbanidade, o que nos leva à colocação de Agier (2009, p. 43) de que “o conceito de cidade formou-se por uma espécie de decalque do modelo da cidade europeia e mais geralmente ocidental. A hegemonia do modelo confundiu-se com a substância do conceito”. O recurso a esse quadro de referência historicamente legitimado pelas instâncias normativas, que pode ser intensificado por intervenções empreendidas por atores externos à comunidade, pode e tem sido feito também pelas próprias comunidades, e se pode observar tanto nas residências como em intervenções de maior escala, articulando-se, porém, com particularidades locais da produção dos espaços. Assim, uma vez colocada a dicotomia entre “urbanidade” e “favela” por meio de determinados elementos constituintes da primeira, será possível afirmar que o Monte Serrat, entre outras, é uma favela que se urbaniza a si própria ao longo de sua história?

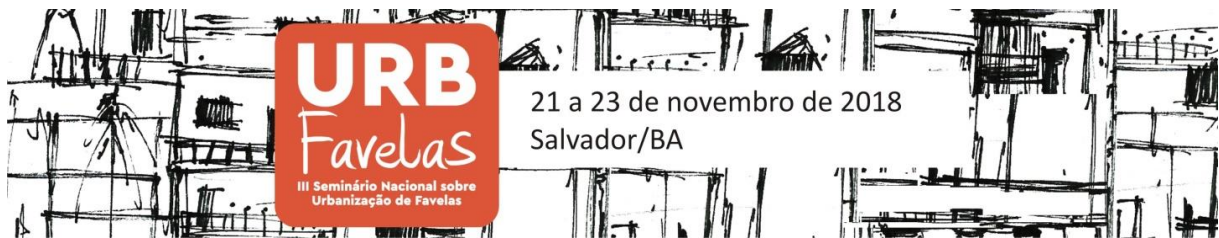
Para responder a essa pergunta, devemos começar nos perguntando se o Monte Serrat foi ou se é uma favela. Embora a categoria “favela” não seja usual atualmente entre moradores/es do Monte Serrat, que empregam em seu cotidiano “morro” e “comunidade”, o termo não é novo para se referir a essa e outras localidades com características similares. Os estudos do geógrafo Wilmar Dias, em 1947, feitos para a elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, indicavam um processo de “favelização” em curso (FONTOURA TEIXEIRA, 2009). O termo aparece claramente em um dos trechos do estudo, segundo o qual “São essas favelas, na sua maior parte, ocupadas pelo elemento negro que, dadas as condições de extremo pauperismo em que vive, não mais podem manter-se na área peninsular super-valorizada da cidade” (DIAS, 1947, p. 45, apud SANTOS, 2009, p. 582). No entanto, a categoria tem sido rejeitada pela comunidade quando em contato com pesquisadoras/es e/ou a imprensa, como indicam diversas entrevistas realizadas por Coppete (2003), que apontam a terminologia de forma pejorativa e muito vinculada “às características das casas e sua distribuição no espaço físico” (COPPETE, 2003, p. 41). Historicamente, outra instância mediadora dos discursos locais com relação à cidade, além dos trabalhos acadêmicos e matérias jornalísticas, tem sido os sambas-enredo da Copa Lord, que desde os anos 1980 tem exaltado a comunidade em suas letras, sendo então uma



importante fonte de análise a esse respeito. Essa análise nos permite observar que o recurso à palavra “favela” ocorre pela última vez no samba-enredo de 1989, intitulado “é a vez e a voz do morro”, em que se observa o trecho “linda favela, como é belo o teu luar” (BLUMENGERG, 2005, p. 97). Para compreendermos a adoção ou não da terminologia “favela”, é importante que nos atentemos não somente a aspectos objetivos relacionados a ela, como a distribuição espacial e a materialidade, mas sim a aspectos simbólicos ligados a uma produção de narrativa que esteve no centro da vida comunitária local na virada dos anos 1980 para os 1990 (ARAÚJO, 2004).

Considerando os diversos depoimentos e evidências, dizer se é morro ou se é favela parece depender muito mais de quem está articulando o discurso, do que propriamente da característica física que possa ser apontada. Tendo em vista que o termo favela é profundamente desprestigiado pela discursividade, a população do Morro reconhece este desprestígio; em razão disso, assim como de outros fatores, não emprega este termo. Em contrapartida, morro parece ser uma palavra mais prestigiada, muito embora traga consigo uma conotação também geográfica, uma vez que não é possível empregar a palavra morro para uma comunidade empobrecida que se localiza numa área plana. O que busco destacar é a existência de um jogo semântico; os atores sabem muito bem que estão jogando. Eles parecem aproveitar-se desta possibilidade para dar uma conotação positiva ao lugar onde moram, valendo-se de algumas de suas características. O que se pode verificar é que, dependendo das circunstâncias, não há diferença entre morro e favela, embora do ponto de vista discursivo exista essa diferença. (COPPETE, 2003, p. 48)

Essa questão fica mais clara quando notamos que o referido processo de “urbanização”, constituído pela pavimentação das ruas e pela conquista dos serviços públicos encontra-se diluído ao longo de décadas, notadamente atravessando o período de 1960 até 1978 antes de ganhar novo fôlego em um processo que discutiremos mais adiante. Sendo assim, não parece acurado afirmar que apenas as mudanças objetivas no ordenamento espacial sejam responsáveis pela percepção da comunidade sobre si com relação a ser ou não “favela” e ser ou não “urbana”, mas sim um outro processo, que ocorreu de forma intensa nos anos 1980, de resgate e ressignificação de memórias para construção de uma narrativa local, que ajuda a explicar a aceitação desses termos, bem como outros processos descortinados em anos mais recentes.



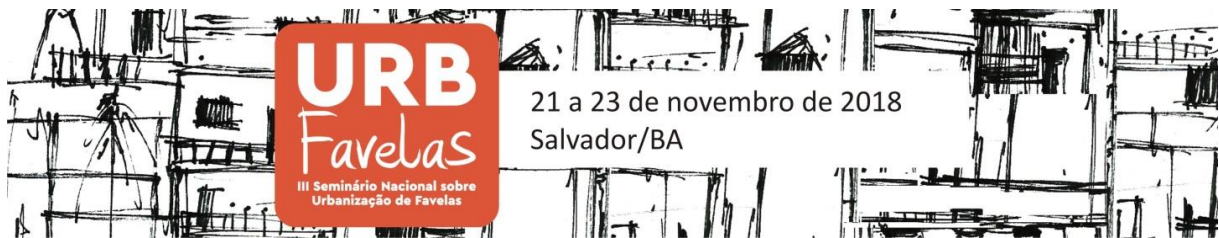
4 “QUEM NÃO TEM MEMÓRIA NÃO FAZ HISTÓRIA”

Que esse processo de “urbanização”, como estamos caracterizando aqui, esteja presente em tantas falas locais, trabalhos acadêmicos e matérias jornalísticas não é casuístico. Como não o é que o mais antigo desses tenha sido publicado em 1992, sob a forma do Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia de um morador local, que inaugurou o interesse acadêmico pela comunidade, sendo seguido por outros tantos trabalhos e livros que relatam esses processos com mais ou menos protagonismo, notadamente os de Groh (1998), Machado (1999), Coppete (2003), Silva (2002), Araújo (2004), Blumenberg (2005), Barbosa (2007), Araújo (2006), Santos (2009), Freitas (2013), Ruchaud (2016), Anjos (2016) e Gomes (2017). 1992 foi também o ano da publicação do livreto “Monte Serrat – Memórias”, produzido coletivamente pela comunidade, e que se encontra entre as referências de muitos dos trabalhos citados acima. Esse livro, por sua vez, faz parte de um importante processo que, entenderemos a seguir, seria central para a produção da urbanidade do Monte Serrat.

O período histórico da redemocratização no Brasil se fez notar por uma grande intensidade de movimentos de reorganização social e comunitária, por meio de sindicatos, associações de moradores, entidades religiosas e conselhos comunitários (FELTRAN, 2010). A respeito desses últimos,

(...) os Conselhos Comunitários eram estruturas criadas pelo Estado como forma de aproximação dos governantes, cabos eleitorais e a população. Nos bairros mais importantes da cidade, ao final dos anos 1970 e início de 1980, são criadas tais entidades, sofrendo influências da política de ação comunitária do governo Konder Reis. Mais particularmente em 1977, tiveram influência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) do regime militar, que previa políticas redistributivas concomitantes ao processo de crescimento econômico, no qual se incluía o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (1975). Tal política buscava uma base de legitimidade social, antecipando ao mesmo tempo mecanismos que possibilitassem um controle das formas de organização da população. (FANTIN apud COPPETE, 2003, p. 64)

No Monte Serrat o Conselho Comunitário foi fundado propriamente em 1977, mas no período da redemocratização passaria por uma reapropriação por parte da comunidade. À frente desse processo estaria o novo pároco da Igreja de N. Sr^a do Montserrat, o Padre Vilson Gröh, cujo trabalho comunitário, no contexto das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB), e mais tarde

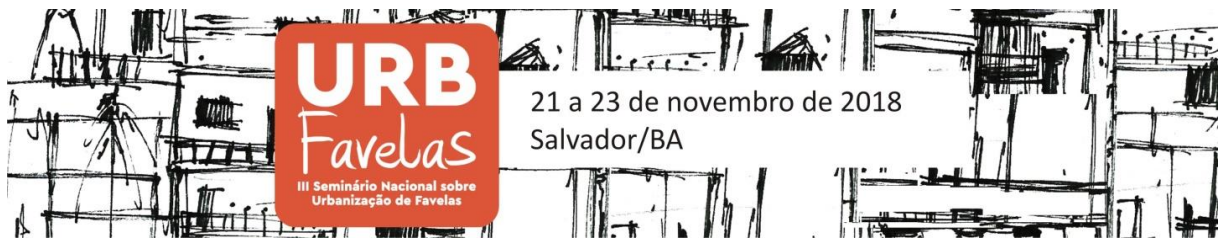


por meio do Instituto Vilson Gröh (IVG) tem se destacado em termos de conquistas para comunidades em processo de exclusão na região metropolitana de Florianópolis (MACHADO, 1999; ARAÚJO, 2006). O que se seguiu nos anos 1980 foi uma reestruturação da entidade, centrada em Comissões específicas (Saúde, Educação, Produção, Igreja, Lazer, Ruas e Comissão Central), cada uma responsável por ações direcionadas a suas temáticas, de forma autônoma ou em relação com o Estado e outras entidades (SOUZA, 1992). Algumas dessas ações resultaram em conquistas permanentes, como o Posto de Saúde, a reconstrução da igreja, que adquiriu sua forma atual, também em mutirão, a implantação da rede de esgoto, a construção da Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito e a implantação da linha de ônibus do morro, frequentemente relatada como uma conquista histórica (ANJOS, 2016).

Não é possível falar desse momento histórico sem nos referirmos a um importante processo de recurso às memórias de moradoras/es mais antigas/os, que se materializou no livreto citado acima, e que tem um papel central até hoje no Monte Serrat. Até hoje o Padre Vilson lembra a comunidade, na celebração de missas ou em eventos em que faz uso da palavra, que “quem não tem memória não faz história”. Assim, o recurso à memória de um passado marcado pela construção coletiva da própria urbanidade opera de modo a servir de referência para que as próximas gerações, já beneficiadas pelas conquistas do passado, estejam atentas e sigam lutando para que a comunidade possa buscar novas conquistas e manter aquelas já obtidas. De fato, é possível observar hoje no Monte Serrat entidades fortemente engajadas e comprometidas, ainda que as pautas sejam continuamente renovadas conforme os momentos históricos.

As fontes históricas que registram as origens de Florianópolis não nos informam sobre certas particularidades da história dos habitantes do Morro da Caixa: sua procedência, o estabelecimento na periferia e as características de sua instalação no morro. Com os trabalhos de organização da comunidade nos anos 80, essa história de uma parte da população negra da cidade começaria, enfim, a ser contada. (MACHADO, 1999, p. 101)

Esse processo de seleção, reavivamento e ressignificação de memórias pode ser entendido em um processo mais amplo de construção de narrativas legitimadoras da comunidade, e portanto agenciadoras de importantes relações políticas, abarcando a discussão acima sobre a categoria “favela” e outros tantos recursos narrativos. Assim, ao conversarmos hoje com moradoras/es mais antigas/os, que participaram ativamente ou não desses processos, encontraremos com frequência referências a uma cultura de solidariedade, autonomia, luta, com centralidade para

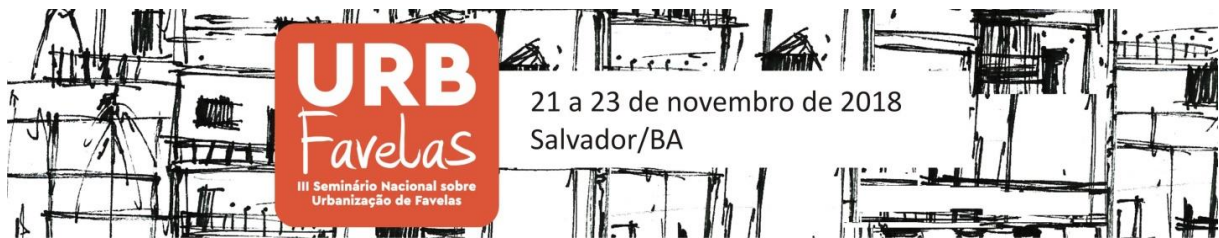


o papel do povo negro e das mulheres, constituindo uma resistência frente ao abandono por parte do Estado e ao preconceito com que a cidade vê o morro (COPPETE, 2003; ARAÚJO, 2004).

A procura de um passado que legitimasse as ações do novo grupo que se afirmava também ocorreu no Mont Serrat dos anos 1980 e 1990. Era necessário procurar uma raiz mítica, contestadora, para balizar as ações do presente. O estabelecimento de um novo grupo no controle das ações sociais da comunidade, e a consequente suplantação de velhas lideranças, precisava de alguma história comum, algum acontecimento do passado que demarcasse as novas ações. (ARAÚJO, 2006, p. 97)

Assim, em paralelo à referida “urbanização” que, aos poucos, des-diferenciava a comunidade da cidade circundante, pudemos observar uma cuidadosa reconstrução das fronteiras simbólicas que se diluíam pela urbanidade, em um processo de afirmação da diferença, que se opunha à diferenciação então existente por ser manipulada pela própria comunidade. A respeito desse período, de acordo com Feltran (2010, p. 570), “(...) a reflexão deslocou-se do plano normativo da igualdade (fundadora da noção de direito) para a ênfase descritiva dos pontos de tensão entre as dinâmicas privadas, sociais e políticas. A intenção central passou a ser mapear as formas de marcação das diferenças internas às periferias, acentuar suas diferenças internas, deslocar a perspectiva dos modos de interação dos atores com o direito e a política, para a reconstrução de seus modos de vida”. Assim, podemos observar, em paralelo a uma aparente diluição de fronteiras, “sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial” (BARTH, 2000, p. 34), uma busca por reforça-las, ou melhor, por redefini-las, em um processo de afirmação da diferença. Esse aparente paradoxo, em que “(...) uma drástica redução das diferenças culturais entre os grupos étnicos não se correlaciona de maneira simples com uma redução na relevância das identidades étnicas em termos organizacionais ou com uma ruptura dos processos de manutenção de fronteiras” (BARTH, 2000, p. 59), se pôde observar em diversas comunidades periféricas em cidades brasileiras nesse período.

“(...) quando grupos são formados ou redistribuídos, seu porta-voz procura desesperadamente maneiras de defini-los. Fronteiras são demarcadas, delineadas, fixadas e conservadas. Cada grupo, grande ou pequeno, requer um limes [sulco] igual ao que, na mitologia, Rômulo cavou à volta da Roma nascente. Isso é muito conveniente para o analista, pois toda formação de grupo será acompanhada da busca de um amplo leque de características, mobilizadas para consolidar as fronteiras desse grupo contra as pressões adversas dos grupos antagônicos que ameaçam dissolvê-lo”. (LATOUR, 2012, p. 57)



As fronteiras territoriais e simbólicas, assim, passam a ser delineadas e a exercer um papel de mediadoras entre a comunidade e o restante da cidade, principalmente por meio de entidades, que se multiplicariam nos anos subsequentes, e que exerciam esse papel, como a Copa Lord, a igreja, a escola e o Conselho Comunitário; entidades que passariam a funcionar como os limites “através do que se dão os contatos e interações” (HANNERZ, 1997, p. 16), as vias pelas quais a comunidade expressa sua identidade, e que, por outro lado, também constroem essa identidade em permanente transformação.

Assim, o que observamos no Monte Serrat no período descrito é uma cultura sendo “inventada” (WAGNER, 2010), ou “culturas identitárias em fabricação” (AGIER, 2001) pelo contraste com aquelas com que se relaciona, pelas mudanças ocorridas nas relações com seus entornos em função de eventos internos e externos a ela.

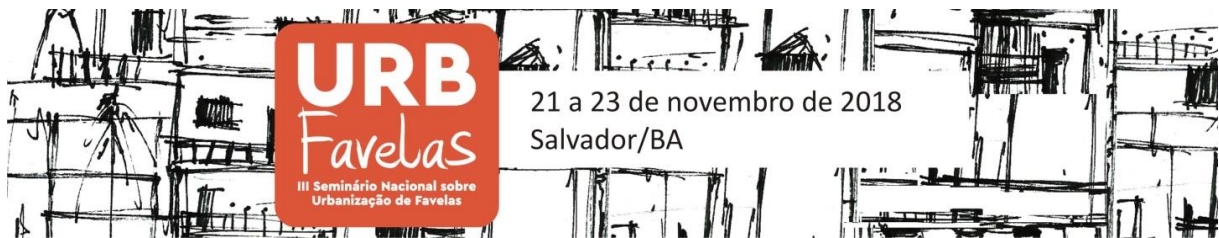
“Quando uma pessoa singular ou um grupo coletivo entra em relação com outro, essa relação se sustenta na medida em que cada uma das partes seja irredutivelmente diferenciada da outra. Cada uma delas é uma unidade com respeito à outra ou por analogia com a outra”. (STRATHERN, 2006, p. 42)

A esse respeito, Wagner (2010, p. 31) argumenta que

“(…) a cultura em que crescemos nunca é realmente ‘visível’ – é tomada como dada, de sorte que suas pressuposições são percebidas como autoevidentes. É apenas mediante uma ‘invenção’ dessa ordem que o sentido abstrato de cultura (e de muitos outros conceitos) pode ser apreendido, e é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna ‘visível’”. (WAGNER, 2010, p. 31)

A cultura do Monte Serrat conforme expressa pela própria comunidade, ou por diferentes membros dessa comunidade, é, assim, uma cultura desenvolvida a partir do “choque cultural” (WAGNER, 2010) propiciado pelos eventos citados, a partir da reinterpretação da comunidade desses e de outros eventos de modo a construir sua representação perante o outro. “É incidental questionar se as culturas existem. Elas existem em razão do fato de terem sido inventadas e em razão da efetividade dessa invenção” (WAGNER, 2010, p. 39).

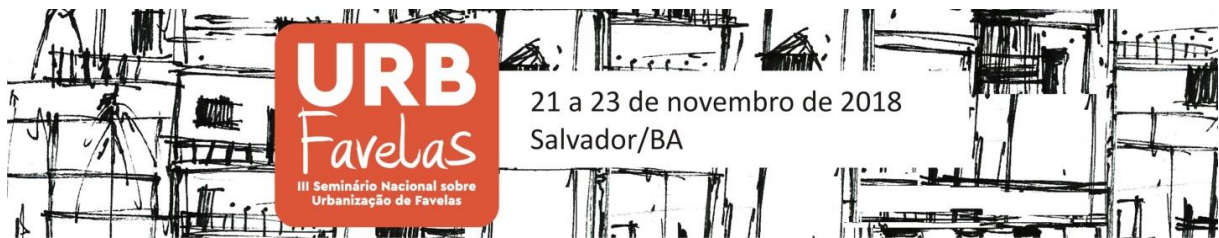
Uma vez entendida essa construção narrativa no contexto da costura de relações com a cidade por parte da própria comunidade, é possível observar que a produção de narrativas é parte intrínseca da produção da urbanidade. É por meio dessa construção que a comunidade se



outorga o direito de inventar e deslocar as fronteiras, de afirmar sua cultura, e assim suas demandas, absorvendo os aspectos entendidos como apropriados dessa urbanidade em vez de uma aceitação acrítica de formas de ordenamento e disciplinamento do espaço impostas por entidades externas e que desconhecem as formas como a comunidade historicamente produziu seus próprios modos de habitar o território. Assim, é possível ainda um deslocamento do “direito à cidade” para o “fazer-cidade” (AGIER, 2015), que é também um deslocamento da noção de acesso à de produção da urbanidade, nos termos de uma autonomia que permite a apropriação crítica dos modos de habitar hegemônicos adaptados aos termos determinados pelos grupos não representados pelas narrativas dominantes. Nesse sentido, do ponto de vista territorial, mas também simbólico, podemos entender a construção das narrativas do Monte Serrat como uma *estratégia*, que “postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (...), circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro” (CERTEAU, 2002, p. 99). As narrativas se produzem sempre com relação a esse outro, de forma estratégica.

Não é senão nesse contexto que se pode compreender outra grande série de mudanças no sentido da “urbanização” do Monte Serrat. Os mutirões, que levaram às narrativas de autonomia e solidariedade, já não são praticados desde o início das ações do Padre Vilson, mas o Monte Serrat segue em permanente mutação. De um cenário com 78% de construções de madeira (SOUZA, 1992) chegamos a uma larga predominância da alvenaria¹, que, conjuntamente com o número crescente de veículos individuais que dificultam a passagem do ônibus, nos remete ao incremento do acesso ao consumo propiciado por políticas públicas em anos recentes. A essas, somam-se grandes obras de infraestrutura no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com obras que privilegiaram algumas comunidades de Florianópolis, resultando em mudanças marcantes, como a Avenida Transcaieira, via pública que conecta os dois lados do morro e tem alterado as relações entre as comunidades e a cidade.

¹ Um levantamento prévio realizado pelo autor indica entre 75% e 80% de construções em alvenaria, contra 17% de madeira e 6% mistas. No entanto, esse levantamento demanda um maior aprofundamento. Narrativas locais indicam a existência de diferenças marcantes entre a qualidade construtiva das casas situadas nas vias principais e daquelas localizadas nas *servidões*, característica que, a princípio, pode ser confirmada com um simples olhar.

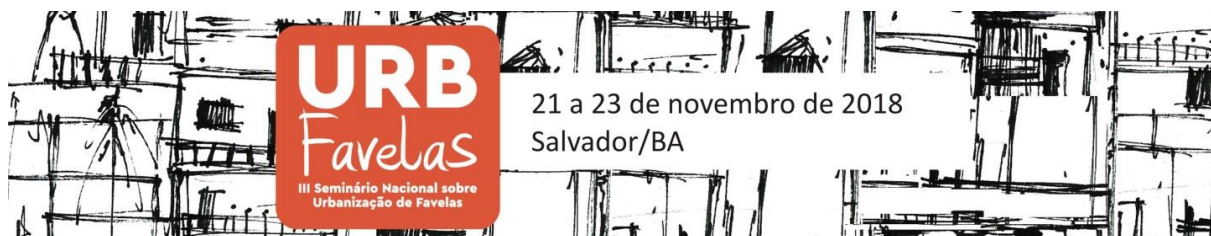


Chama a atenção a forma como o Monte Serrat tem sido tratado pelos noticiários nos últimos anos. Em oposição ao que se observava até o início da década passada, em que a tônica era centrada na violência urbana (COPPETE, 2003; ARAÚJO, 2004), hoje essa temática é difícil de ser encontrada nas matérias jornalísticas. Nesse sentido, além dos Projetos que buscam afastar os jovens da violência, as narrativas históricas tem um papel central.

É essencial que se desfaça a imagem criada pelo narcotráfico em relação à ascensão social e à qualidade de vida (que por sinal pode ser muito breve, cerca de cinco ou seis anos, de acordo com as falas de alguns moradores). Para suplantarmos essa imagem, é preciso ‘estar com, viver com e conviver’, oferecendo instrumentos teóricos e práticos para que essas pessoas redimensionem seu cotidiano, até porque ele é vivo e em constante movimento, tem sua dinamicidade e se estrutura por intermédio de redes internas, algumas vezes bastante sutis. (COPPETE, 2003, p. 117)

Em outras palavras, ainda segundo Coppete (2003, p. 116), “a saída hoje frente à problemática da violência urbana, da cultura do narcotráfico, [...] é a partir do processo organizativo do próprio morro, da própria comunidade que sustenta um processo de prática, de reflexão e de luta”. De fato, uma breve pesquisa permite observar que a ênfase dos principais jornais da cidade, ao lidar com a comunidade, tem sido problemas de mobilidade urbana e referências à longevidade, tradição e conquistas, frequentemente entrevistando pessoas com a legitimidade da fala e dando ênfase à Copa Lord. Alguns relatos locais dão conta de que a imagem positiva a respeito da comunidade tem propiciado às lideranças locais melhores condições de articulações com o poder público e com a iniciativa privada para a execução de melhorias práticas para o morro, embora subsistam críticas sobre a invisibilização dos problemas persistentes.

As narrativas locais, referenciando e reconhecendo qualidades que devem ser lembradas na forma como a comunidade produziu sua urbanidade, podem ser entendidas como “contranarrativas”, que desafiam a normatividade reforçada pelas instituições por meio das narrativas oficiais sobre a cidade, construídas e transmitidas por meio das regulamentações de uso do solo, da mídia, da literatura, da preservação do patrimônio histórico-cultural, etc. Por meio desses e de outros dispositivos, determina-se quais são as formas corretas de habitar e ordenar o território urbano, e quais são as referências que devem ser seguidas por quem quer que deseje produzir cidade. Essas referências também são reforçadas em intervenções espaciais promovidas por atores externos (KAPP, et al, 2009). Desse modo, as narrativas oficiais são

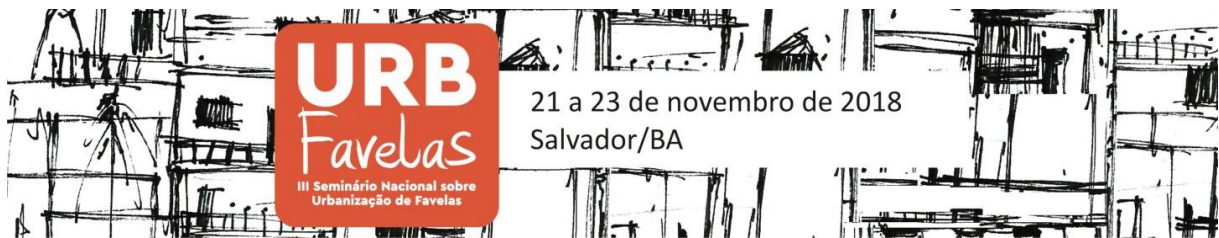


parte intrínseca da produção da urbanidade, e é nesse mesmo sentido que as contranarrativas também o são, ao reconhecer a qualidade de outros modos de habitar, que pode incluir ou não elementos reforçados pelas narrativas oficiais. As contranarrativas conferem, assim, legitimidade a formas de ocupar e ordenar o território que tendem a ser invisibilizadas pela normatividade, atuando diretamente sobre a produção da cidade.

Embora os relatos sempre enaltecendo o passado pareçam, por vezes, encerrar em determinadas pessoas e momentos o protagonismo dos processos de urbanização do morro, a presença de jovens militando nas causas locais, e mesmo questionando o alcance dessas conquistas, com a busca por seu aprofundamento, indica a efetividade da criação de um ambiente propício a essas práticas por meio mesmo dessas narrativas, presentes no cotidiano dessas/es jovens desde sua infância, e que podem, assim, ter agenciado mais ou menos suas ações. Assim, os processos referidos até aqui, que vão desde o mutirão para a construção da igreja nos anos 1920, não encerram, de modo algum, o processo de urbanização do Monte Serrat, que é contínuo, tendo como protagonistas as/os moradoras/es do morro, que operam, além da construção efetiva de sua urbanidade, na produção cotidiana de sua cultura e das narrativas que compõem a produção da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como é simbólica e móvel a fronteira entre a cidade e a favela, é complexa a definição da urbanização de favelas. Uma vez deparando-nos com a dicotomia, temos visto, por meio de diversas experiências, que o conceito de urbanização tem se apoiado no recurso à referência na cidade formal, em seu ordenamento territorial, infraestrutura e modos de fazer, como alternativa às áreas da cidade onde persistem outras formas, tidas como mais precárias. Muitas práticas situadas nesse âmbito acabam por reforçar as narrativas oficiais sobre as formas corretas de produção da cidade. Quando, no entanto, é a própria comunidade que, fora da normatividade, opera na produção de sua urbanidade, esses elementos da formalidade podem ser flexibilizados e adotados conforme as demandas percebidas localmente, somando-se a outros, produzidos pela comunidade ao longo de sua história. Ao direito da comunidade a parecer-se com a cidade formal soma-se o direito a parecer-se consigo mesma, configurando um deslocamento do direito à cidade ao fazer-cidade. Assim, quando a comunidade produz sua própria urbanidade, produz



também outras narrativas sobre formas de habitar o território, tensionando com as oficiais e enriquecendo as possibilidades de produção de cidade. A atenção às diversas formas como os grupos ordenam seus territórios historicamente tem a contribuir para processos futuros, tanto aqueles organizados de forma autônoma pelos próprios grupos como aqueles mais ou menos mediados por entidades externas. A experiência histórica do Monte Serrat, relatada na literatura e na mídia, mas também pelas pessoas que detém e transmitem a memória, tem o potencial de indicar caminhos tanto para as novas gerações da comunidade como para quem se dispõe a deslocar fronteiras que “(...) produzem mais sujeição que subjetivação, inscrevendo em corpos e territórios específicos valores externamente concebidos” (FELTRAN, 2010, p. 571), como aquelas entre cidade e favela, urbano e precário, certo e errado.

REFERÊNCIAS

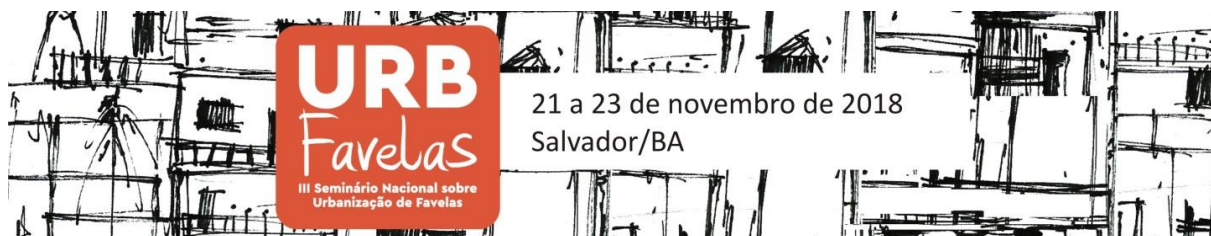
AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 7-33. Rio de Janeiro, 2001.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2009. 182 p.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 21, p.483-498, 2015.

ANJOS, Priscila dos. **Próxima parada: Monte Serrat**. 2016. 4 v. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://readymag.com/jorufsc/proximaparadamonteserrat/>>. Acesso em: 07 jun. 2018

ARAÚJO, Camilo Buss. **A sociedade sem exclusão do Padre Wilson Groh**: A construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat. Florianópolis: Insular, 2004.



ARAÚJO, Camilo Buss. **Os pobres em disputa:** Urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BARBOSA, Mário Davi. Comunidade, identidade e exclusão: Uma abordagem da luta dos moradores da comunidade Monte Serrat pelos Direitos Humanos. In: **Colóquio latino-americano interdisciplinar de direitos humanos e cidadania**, 2007, Videira. Mostra Latino-americana de ensaios jurídicos sobre direitos humanos e cidadania. Florianópolis: Cesus, 2007.

BARTH, Frederick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BLUMENBERG, Abelardo Henrique. **Quem vem lá?:** A história da Copa Lord. Florianópolis: Garapuvu, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. V. 1 Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2002.

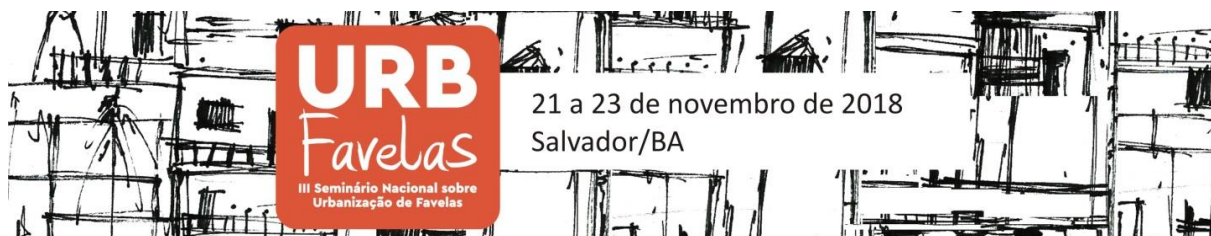
COPPETE, Maria Conceição. **Janelas abertas:** Uma experiência de educação no morro Mont Serrat. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, 2003.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010.

FONTOURA TEIXEIRA, Luiz Eduardo. **Arquitetura e cidade:** A modernidade (possível) em Florianópolis, Santa Catarina, 1930-1960. 2009. 377 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

GOMES, Rodrigo Cantos Savelli. Práticas musicais femininas no morro do Mont Serrat. In: GOMES, Rodrigo Cantos Savelli. **MPB no Feminino**. Curitiba: Appris, 2017. p. 67-94.

GROH, Vilson. **Labirintos de Esperanças:** o significado pedagógico das histórias de vida de lideranças populares na trajetória comunidade, CEDEP, orçamento participativo na cidade de Florianópolis (dissertação de mestrado), Florianópolis, UFSC, 1998.



HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, v. 3, n. 1. P. 7-39. Rio de Janeiro, 1997.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

MACHADO, Marta Magda Antunes. **Palavra feminina na periferia da igreja**: A participação das mulheres na organização da Comunidade "Mont Serrat", Morro da Caixa d'Água, em Florianópolis/SC. 1999. 321 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1979.

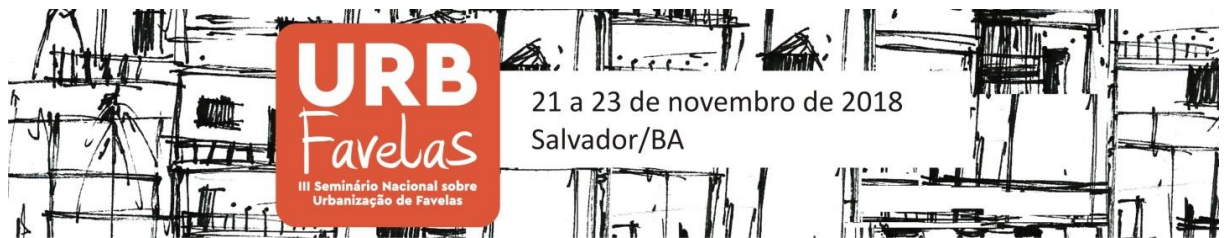
MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 121-192.

PERES, Lino Fernando Bragança. **Crisis de un Patrón de Desarrollo Territorial y su Impacto Urbano-Habitacional en Brasil: La Punta del "Iceberg"**: Los Sin-Techo en la Región de Florianópolis, SC. 1994. 2 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1994.

RUCHAUD, Guilherme Galdo. **Cidade, memória e narrativa**: Reflexões e propostas para a leitura e reconhecimento da história não-oficial. 2016. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro**: A geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. 658 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Áurea Demaria. **Ensino e aprendizagem musical na bateria da escola de samba Embaixada Copa Lord**. 2002. 63 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Educação



Artística - Música, Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SOUZA, Eronildo Crispim de. **Estudo da estrutura interna e das relações sócio-espaciais da comunidade do "Mont Serrat" - Florianópolis-SC.** 1992. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

SOUZA, João Ferreira de et al. **Comunidade Monte Serrat – Memórias.** Florianópolis: Edição da Comunidade, 1992.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2006.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória urbana.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes Publicações, 2010.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo, Cosac Naify, 2010.